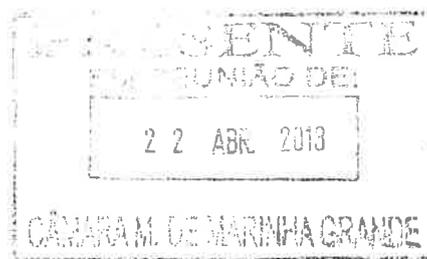


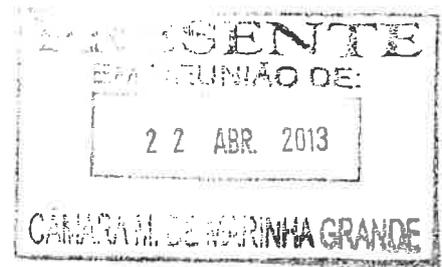


TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

RELATÓRIO E CONTAS 2012

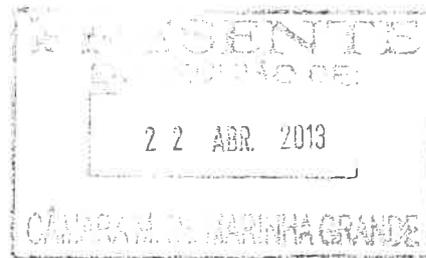


RELATÓRIO DE GESTÃO	1
BALANÇO.....	16
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	17
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	20
ROC – PARECER E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	33



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2012



No cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 26º, Ponto 1 – al.g) e Ponto 2 dos Estatutos da Empresa, apresenta a administração da “TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM” o seu “Relatório Anual 2012” e as “Demonstrações Financeiras” referentes à atividade desenvolvida pela empresa no exercício em análise.

Introdução

O ano de 2012 foi, essencialmente, caracterizado pela conclusão dos investimentos iniciados em Dezembro de 2010, aquisição de parquímetros, abrigos de passageiros, aquisição e modernização da nova sede (abertura ao público a 15 de Março), renovação de 33% do parque de máquinas de movimentação de terras, alargamentos na rede de transporte urbano e parcerias com a Rodoviária do Tejo enquadradas na política de aumento da área de abrangência dos TU, aquisição de um autocarro de longo curso por substituição de toda a frota de autocarros existentes e sem utilização que justificasse a sua manutenção. Foram abatidas 4 viaturas bem como toda a sucata (máquinas totalmente obsoletas cujo custo de reparação não justificava a sua manutenção encontrando-se as mesmas paradas há vários anos).

O autocarro que adquirimos é uma viatura com características técnicas atuais e modernas, que permite que a TUMG deixe de se encontrar condicionada a subcontratações a empresas diversas para assegurar todas as viagens que o município, associações concelhias, empresas privadas e particulares, nos têm vindo a solicitar. Desta forma, aumentamos a nossa margem de negócio em termos muito expressivos, por um lado, sendo importante o preço que imputaremos ao acionista em cada viagem bastante inferior ao praticado. Como a quase globalidade desses transportes ocasionais ocorre aos fins de semana, o mesmo veículo terá ocupação em todos os dias úteis no transporte escolar que a Câmara assegura. Foi o mesmo princípio económico que serviu de justificação neste investimento, i.e., desonerar a Câmara

27/04

com redução de preços imputados e aumentar a margem de negócio da TUMG neste segmento de atividade.

Atualmente a nossa empresa assegura 40% do transporte escolar com meios humanos e técnicos próprios, no transporte ocasional deixamos desde Junho de recorrer a empresas externas e no transporte urbano 10% da nossa atividade é mantida pela capacidade instalada na empresa.

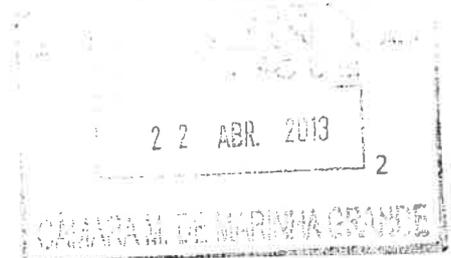
A gestão do estacionamento é totalmente assegurada por nós, o que nos permite encaixar mais de 90% das receitas dos parquímetros.

Cumpra fazer menção aos exatos termos em que o orçamento para o corrente ano foi elaborado, para desta forma se compreender os resultados líquidos obtidos no ano em causa.

1. Transporte Urbano

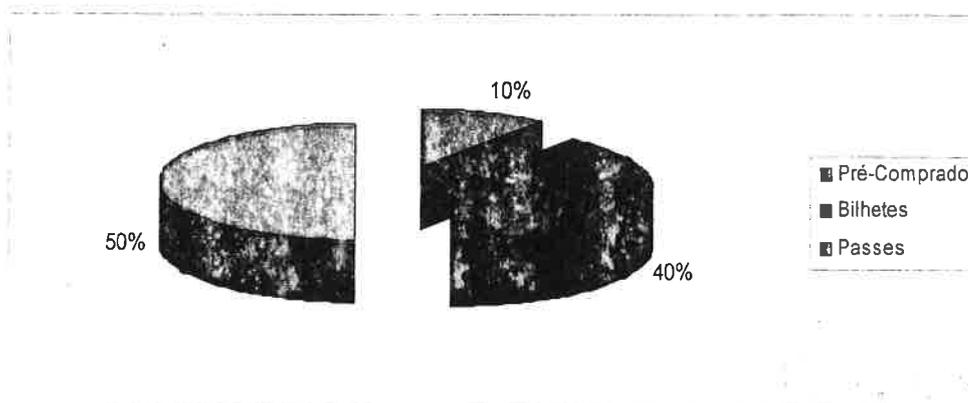
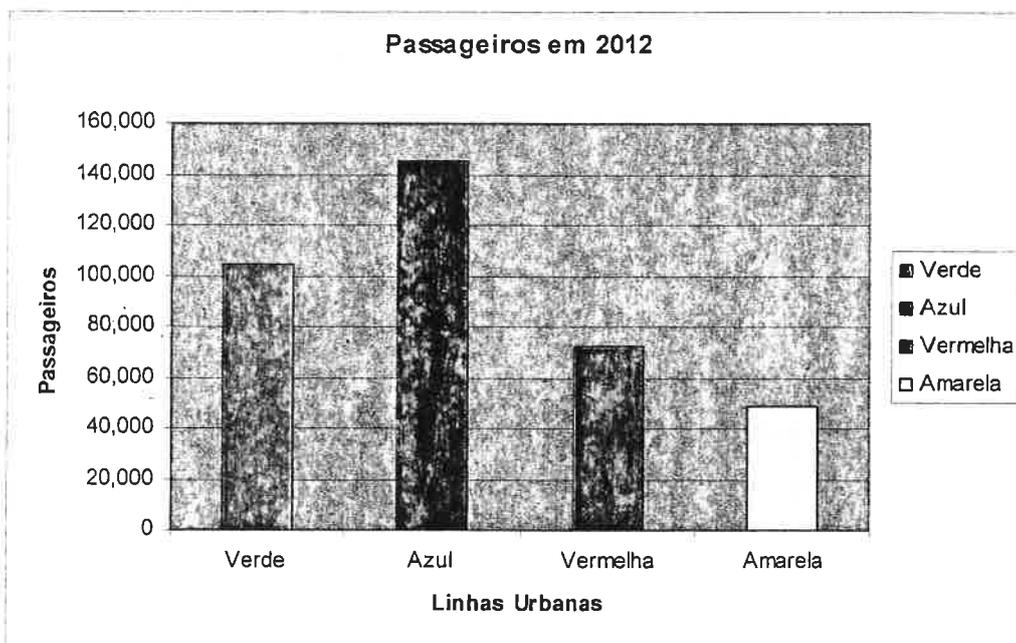
Neste segmento, não foi intenção nem da Administração da TUMG nem do Acionista proceder a qualquer ajustamento nos preços para não onerar os utentes, incentivando-os a utilizar os nossos circuitos com preços francamente acessíveis a todos. Esta medida teve dois efeitos muito relevantes: O índice de utilização das nossas linhas de transporte urbano sofreu um incremento que reportamos de notável, conforme se pode verificar nos quadros seguintes.

Por outro lado e considerando o facto de a principal matéria-prima (combustível) ter registado aumentos de 20% nos últimos quatro semestres, este facto, por si só, contribuiu para que os preços em vigor atualmente serem muitíssimo superiores aos praticados em anteriores contratos. Assim, e apesar do aumento expressivo na nossa carteira de clientes, este segmento registou um prejuízo muito elevado e contribuiu, sozinho, para atingirmos um resultado líquido negativo. Este facto tem, como já mencionamos, como principal causa a caracterização do perfil dos nossos clientes, ou seja, mais de 50% das pessoas transportadas são clientes de passe subvencionado, não estando a indemnização compensatória (contrato programa para 2012) em linha com o aumento substantivo de clientes registados no ano em análise.



Handwritten signature

LINHA	Passageiros 2012
<i>Verde</i>	104,453
<i>Azul</i>	144,995
<i>Vermelha</i>	72,369
<i>Amarela</i>	48,309
TOTAL	370,126



22 ABR 2013
 3
 MARINHA GRANDE

Handwritten signature

2. Aluguer de máquinas

Aquando da elaboração do orçamento, optou-se, pela primeira vez desde a fundação da empresa, alterar de forma significativa, os princípios orientadores desta atividade.

Assim, a Câmara Municipal deixou de pagar os alugueres das máquinas por um preço dia durante 365 dias. O critério subjacente as alterações foi o princípio do pagamento por dia de utilização efetiva de cada máquina. Solicitamos aos serviços competentes da Câmara Municipal um levantamento de necessidades de utilização efetiva por máquina. Foi esse o princípio que esteve na base da elaboração do orçamento para 2012.

Importa referir que o orçamento tinha, tal como foi dito aquando da sua discussão e aprovação, uma margem muito estreita de erro, pelo que qualquer alteração que ocorresse teria um impacto imediato i.e. um desvio considerável. No segmento de aluguer de máquinas registamos desde o primeiro mês do ano, que a utilização efetiva se encontrava bastante abaixo do previsto no referido estudo. Desta forma, e considerando o facto relevante de os preços de aluguer/dia terem sofrido, todos eles, uma redução de 10%, os valores que a TUMG recebeu foram todos inferiores às despesas ocorridas (combustível e reparações diversas). O Resultado Líquido do 1º semestre teve, como é óbvio, uma contribuição direta deste sector de atividade. Neste caso resumimos que o Aluguer de Máquinas contribuiu diretamente para o prejuízo verificado na ordem dos 41% (1º semestre). Por força destas circunstâncias e também pelo novo enquadramento legal que rege as empresas municipais, este segmento de atividade, teve de ser eliminado. Por outro lado, os novos Estatutos da TUMG, foram também eles profundamente revistos, de forma a se adaptarem a todas as novas exigências legais, atualizando-os a todas as novas circunstâncias que vivemos.

A TUMG vendeu ao acionista, todo o parque de máquinas a 31 de Dezembro de 2012. Esta venda teve dois princípios base:

1º As máquinas adquiridas em 2010 e devidamente amortizadas, foram vendidas pelo seu valor líquido contabilístico, ou seja, não houve qualquer impacto direto positivo nos Resultados Líquidos da empresa;

2º As restantes máquinas foram avaliadas como sucata, conforme proposta recebida de empresas diversas e, uma vez que se encontravam totalmente amortizadas, consideramos o

22 ABR. 2012
C.M. MARINHA GRANDE

B. G.

valor oferecido, como o justo preço a imputar. Resulta óbvio, que esta venda teve um impacto direto e positivo nos RL para 2012.

Uma vez que este segmento registou durante todo o ano em análise, um prejuízo efetivo para a TUMG, houve necessidade de repor o equilíbrio financeiro, conforme proposta apresentada e aprovada pelo acionista. Desta forma, reduziu-se substantivamente os valores negativos registados no 1º semestre.

Máquinas	Custos	Receitas	Desvio
Trator Ferguson JO-57-44	721.81	5,341.07	4,619.26
Trator Ferguson 29-85-BE	4,089.13	10,424.37	6,335.24
Trator Ford 04-45-CI	2,600.71	10,608.04	8,007.33
Trator Ford 19-92-CH	5,247.59	9,417.10	4,169.51
Trator Zetor OL-50-90	2,723.70	11,766.36	9,042.66
Cilindro Bomag	914.02	5,537.17	4,623.15
Komatsu	1,211.14	7,300.26	6,089.12
Pá Carregadora Cat 936 E	49,023.06	16,383.46	-32,639.60
Retro Escavadora 1	12,840.53	15,687.75	2,847.22
Retro Escavadora 2	12,950.59	16,628.57	3,677.98
Dumper 10	6,520.46	9,016.55	2,496.09
Dumper 11	7,366.85	9,329.89	1,963.04
Dumper 12	6,486.53	11,828.10	5,341.57
Pá Carregadora Cat 953 B	7,445.50	14,196.41	6,750.91
TOTAL	120,141.62	153,465.10	33,323.48

3. Despesas extraordinárias

Ainda no que concerne ao prejuízo ocorrido, cumpre igualmente destacar despesas extraordinárias que não estavam, nem poderiam estar, no orçamento da empresa. Referimo-nos a despesas de saúde (pagamentos à ADSE) em intervenções cirúrgicas a funcionários cedidos pelo município. Neste caso o impacto direto nos RL teve uma contribuição de 20% no decurso do 1º semestre do ano.

22 ABR. 2013

5

B. F. M.

4. Transporte escolar

Nesta atividade não se registam diferenças face ao orçamento em curso que justifiquem qualquer consideração, sendo apenas relevante mencionar que durante o segundo semestre deste ano aumentamos a nossa capacidade operativa com a inclusão de alunos na rede de transporte urbano (desonerando os valores pagos pelo acionista), e criando de raiz um sistema de transporte de todos os alunos da freguesia da Moita (que eram transportados pela Rodoviária do Tejo a preços francamente superiores aos atualmente praticados pela TUMG). Aumentamos as nossas receitas e contribuimos diretamente para a redução de despesa do município. Evidentemente, que esta medida teve, também ela, um impacto fortemente positivo na redução do prejuízo registado no 1º semestre do ano.

5. Transportes ocasionais

Nesta rúbrica e atendendo ao investimento no novo autocarro, os desvios no segundo semestre foram todos positivos, atendendo ao aumento na margem. Não existirão, quaisquer subcontratações a terceiros para 2013.

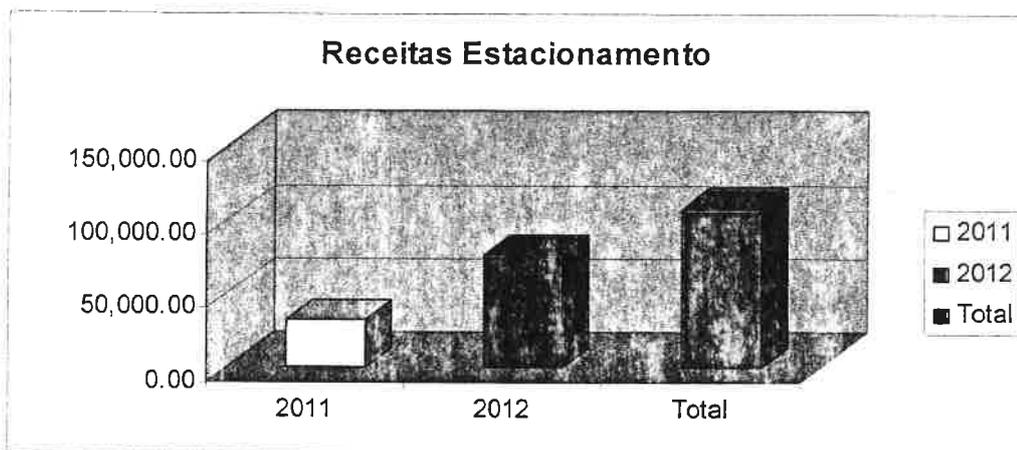
TRANSPORTE	Valor €
Transporte Escolar	265,537.50
Alugueres subsidiados 50% município	7,080.51
Alugueres Ocasionais	4,479.73
Valor Total	277,097.74

22 ABR. 2013
CÂMARA DE MARRINHA GRANDE

[Handwritten signature]

6. Estacionamento

Ano	Valor S/ IVA (€)	Valor C/ IVA (€)
2011	26,060.31	32,054.18
2012	61,696.78	75,887.04
Total	87,757.09	107,941.22



Tal como está sobejamente explicito pela análise dos quadros anteriores, este segmento de atividade da TUMG evidencia uma forte tendência ao crescimento desta receita. Foi iniciado de raiz no ano 2011, o 'Estacionamento de duração limitada' no Centro Tradicional da cidade. O 1º objetivo foi disciplinar os lugares de maior procura, por forma a que existam sempre lugares disponíveis de estacionamento com uma tarifa, simbólica, de 40 cêntimos/hora.

Foram realizadas já 4 alterações, apenas possíveis, após terem sido, atentamente, ouvidas as sugestões da população diretamente afetada, assim como do executivo. Presentemente, pensamos, não se justificar imprimir qualquer alteração (redução ou aumento dos lugares e zonas inseridos nesta política).

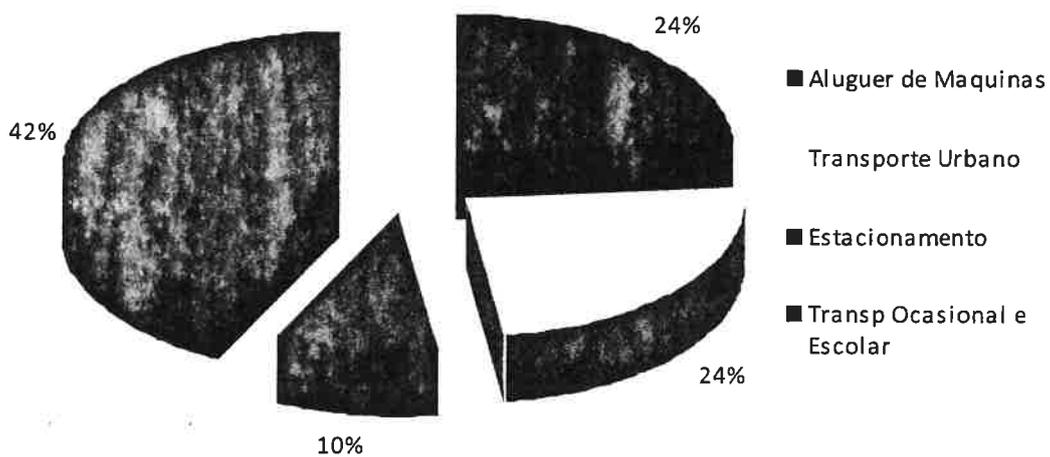
Importa destacar o facto, que se reveste de singular importância, que é o estacionamento gratuito para residentes (tendo sido atribuídos e renovados mais de 100 cartões de residente).

22 ABR. 2013

R. F. G.

E, por último, mas não menos importante, este serviço está a ser realizado a 100% com meios humanos e equipamentos diversos, da própria empresa. Este 'pormenor' tem um impacto direto e absoluto nos resultados da TUMG, contribuindo, de per si, para a redução e compensação do segmento TU, que apresenta uma margem de negócio líquida insignificante ou mesmo, como foi o caso do ano 2012, negativa.

Este ano a contribuição líquida deste segmento foi de 10.22%, na receita final obtida (comparando todas as receitas de cada sector de atividade, no volume global de negócios da empresa).



2 2 ABR. 2013
CAMARA DE MARINHA GRANDE



No que respeita às nossas obrigações decorrentes dos termos do CSC art.º 66 nº 1 e nº 5 a), considera-se muito relevante para o nosso principal sector de atividade (transportes públicos), o facto de atravessarmos uma enorme crise no rendimento disponível às famílias portuguesas, que tem condicionado amplamente a procura interna. No que diz respeito, concretamente, ao nosso Concelho e a todas as famílias marinhenses, este facto, contribui, com cada vez maior intensidade no aumento da procura por um meio de transporte urbano, mais acessível em termos financeiros, mais rápido e mais amigo do ambiente.

A nossa empresa tem registado um incremento significativo na procura de passes (subvencionados ou não). Este enquadramento macro negativo, teve como resultado direto um aumento de utilizadores dos transportes públicos, sendo a sua tendência crescente, em relação ao ano em curso. O acesso e utilização deste meio de transporte, deixou, naturalmente, de ter associado o estigma ao qual sempre esteve associada a sua utilização. Todas as famílias marinhenses têm, pelo menos um dos seus membros, como clientes da sua empresa municipal. Agora, já não são apenas as pessoas de menores recursos financeiros que utilizam a TUMG, são todas as famílias da cidade da Marinha Grande.

Como 'principais riscos e incertezas' com que esta empresa se defronta, nomeadamente, a questão acerca da sua continuidade, colocada pela nova legislação aplicável ao sector, destaca-se como significativa, o facto de a TUMG não se encontrar, económica e financeiramente, dependente de um só sector de atividade, o que poderia, num futuro próximo, implicar a sua extinção. Neste contexto, e, considerando todos os atuais sectores em que operamos, suficientes para reduzir ao mínimo todas os riscos e/ou incertezas, porque todos, sem exceção, contribuem em termos financeiros para, gradualmente, reduzir os montantes do 'Contrato Programa' que suporta a diferença financeira negativa dos transportes urbanos, suportada pelo acionista.

Em conclusão, podemos resumir, que o ano de 2012 foi, essencialmente, caracterizado pela conclusão e liquidação de todos os investimentos ocorridos desde Março 2010 até Dezembro de 2012.

Esta empresa cumpriu rigorosamente com o inicialmente previsto (desde Março 2010) em todos os segmentos onde opera, sendo que o ano 2013 se irá caracterizar pelo inicio do

22 ABR. 2013

9

D
F
M

período de velocidade de cruzeiro desta empresa. Isto significa, tão só e apenas, que todos os investimentos de curto e médio prazo foram atingidos.

O Plano e Orçamento para 2014 deverá, necessariamente, incluir e discriminar detalhadamente, os investimentos em falta (de longo prazo), por forma a reduzir, gradativamente, a nossa dependência ao recurso a empresas externas (transporte urbano e escolar), e desta forma, aumentar substantivamente a nossa margem e diminuir consequentemente a despesa do município.

Atendendo ao ano corrente, parece-nos, de todo conveniente, que o próximo orçamento seja apresentado ao acionista com alguns meses de antecipação face ao mês de Outubro. Esta medida tem como justificação, única e óbvia, a necessidade de proceder ao lançamento do Concurso Público internacional e obtenção do necessário visto do Tribunal de Contas e assinatura do contrato com a empresa vencedora, antes do fim de Dezembro, por forma a assegurar o início de 2014, sem qualquer constrangimento nos transportes urbano e escolar.

Relembra-se o resultado líquido negativo obtido no 1º semestre de 2012. Recuperou-se substancialmente no decurso do 2º semestre esta diferença negativa, em todos os setores, com exceção única no segmento de TU. Temos a obrigação de destacar, neste sector, um facto que se reveste de singular importância. O custo unitário de 1 transporte, no ano em análise, situou-se em 1,23 €, não tendo ocorrido qualquer aumento na tabela de preços, nem ter sido corrigido o valor da Indemnização Compensatória. Apesar disso, obtivemos um Resultado (antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos) negativo de 23.671,76 euros. Retirando a este valor as despesas extraordinárias e não previstas no Orçamento apresentado para 2012, obtemos com a devida clareza o impacto negativo do segmento 'transportes urbanos'. Contextualizando esse valor com tudo o que atrás expusemos, facilmente se conclui que os Resultados Líquidos apresentados apresentam um valor, que reportamos de residual. Em conclusão, registamos com enorme agrado que para o ano em curso, o valor do Contrato Programa, estabelecido com o acionista, foi alterado, atendendo a nova realidade (número de utilizadores global versus custo unitário de cada viagem). Em 2013, a empresa irá sem qualquer margem para dúvidas atingir um grau de realização orçamental próximo dos 100%, apesar da exclusão do segmento 'aluguer de máquinas' imposto pelos novos enquadramentos legais e alteração aos estatutos da TUMG, já aprovados.

22 ABR. 2013



7 – RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2012, a empresa integra no seu quadro oito trabalhadores efectivos, sendo tres em regime de destacamento pelo município.

8 – ADMINISTRAÇÃO

Por deliberação da Câmara de 21 de Janeiro de 2010, sob proposta do Senhor Presidente, foi nomeado o Conselho de Administração da TUMG-EM, com a seguinte composição:

Presidente: Dr.Rui António Laborinho Teodósio Pedrosa
Vogal: Paulo Jorge Campos Vicente
Vogal: Francisco Fernando Gaspar Roldão

Que tomou posse aos quinze dias do mês de Março de 2010.

Os membros do Conselho de Administração não têm participações noutras entidades.

Ainda pela mesma deliberação, foi nomeado como Fiscal Único da Tumg-EM o Dr. João Carlos Cunha da Cruz, Revisor Oficial de Contas e como Fiscal Único suplente o Dr. Fernando de Jesus Amado dos Santos, Revisor Oficial de Contas, tendo tomado posse a 18 de Março de 2010.

Por força da Lei 50/2012 de 31 de agosto de 2012, a partir de 31 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração passou a ter a seguinte composição:

Presidente: Dr.Rui António Laborinho Teodósio Pedrosa
Vogal: Paulo Jorge Campos Vicente

9 - INVESTIMENTO

O investimento em imobilizado em 2012 foi de € 154.318,20 euros, distribuídos do seguinte modo:



Rubricas	2012	2011
Activos Intangíveis		
Programas computador		125,00
Activos Fixos Tangíveis		
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	19.390,00
Edifícios e Outras Construções	39.554,77	58.170,00
Equipamento Básico	103.855,88	250.467,81
Equipamento Administrativo	10.907,55	1.806,75
Investimento em Curso Activos Tangíveis		60.800,00
Total	154.318,20	390.759,56

10 - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Introdução

Diversos factores complementares surgidos em 2012, trouxeram implicações na vida da nossa empresa, com reflexos naturalmente no plano económico e financeiro que se repercutiram neste exercício implicando variações relativamente ao previsto no plano de actividades.

Financiamento

Em 2012 a empresa foi auto-suficiente para suprir as suas necessidades correntes de tesouraria, não tendo sido necessário recorrer a capitais alheios para esse fim.

Rendimentos

Para o ano de 2012 a nossa previsão orçamental foi de 1.051.268,87 euros. No entanto os valores realizados foram de 987.481,47 euros

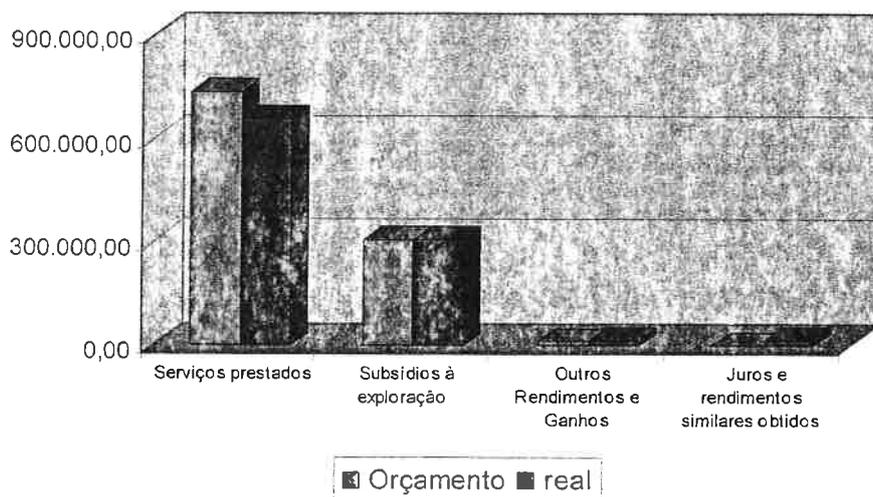
Rubricas	2012		Variação
	Orçamento	real	
Rendimentos e Ganhos			
Serviços prestados	735.343,87	654.371,84	-11,01%
Subsídios à exploração	305.425,00	305.425,00	0,00%
Outros Rendimentos e Ganhos	10.500,00	14.526,77	38,35%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	13.157,86	
Total	1.051.268,87	987.481,47	-6,07%

PRESENTE
EM REUNIÃO DE 12
22 ADR. 2013

D. F. M.

Da análise deste mapa, constata-se uma redução não significativa nos rendimentos, corresponde a uma diferença percentual de 6,07%.

O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes do rédito, para o período em análise.



Gastos e Perdas

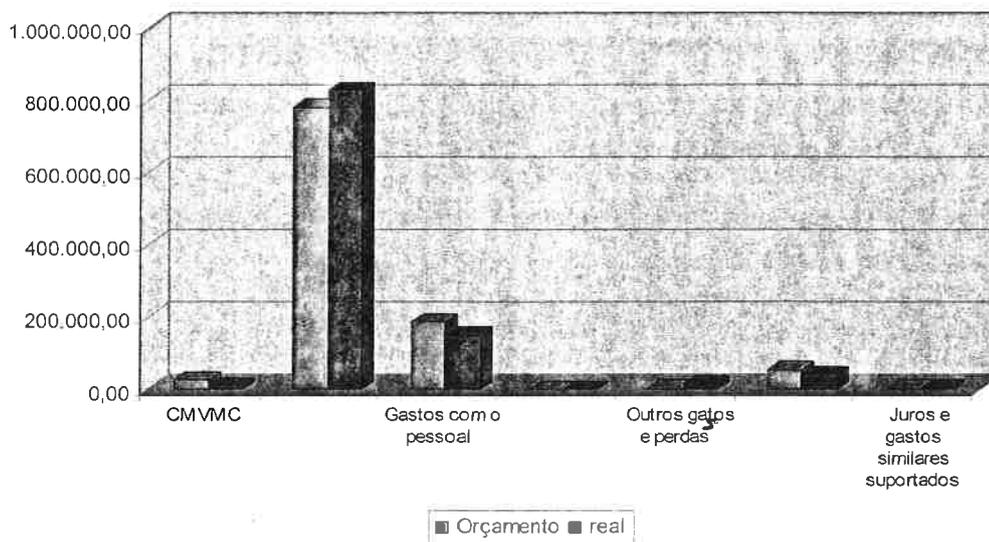
O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o ano de 2012 foi de 1.039.453,21 euros. O realizado foi de 1.038.244,38 euros. No global não se verificou praticamente nenhum desvio.

Rubricas	2012		Variação
	Orçamento	real	
Gastos e perdas			
CMVMC	23.379,81	9.274,03	-60,33%
Fornecimentos e serviços externos	776.951,84	825.984,62	6,31%
Gastos com o pessoal	183.394,44	146.844,33	-19,93%
Imparidade dividas receber	0,00	309,25	100,00%
Outros gastos e perdas	756,05	15.583,14	1961,13%
Gastos de depreciação e amortização	53.117,24	39.171,34	-26,25%
Juros e gastos similares suportados	1.853,83	1.077,67	-41,87%
Total	1.039.453,21	1.038.244,38	-0,12%

22 ABR 2013

Handwritten signature

Seguindo o mesmo esquema da análise dos rendimentos, apresentamos o gráfico das diversas rubricas de gastos incorridos no ano de 2012, comparativamente com o orçamento.



Resultado

Como consequência dos rendimentos e gastos acima analisados, obtem-se em 2012 um resultado antes de impostos de menos 50.772,09 euros, conforme mapa abaixo

Rubricas	Orçamento	2012	2011
Rendimentos	1.051.268,87	987.481,47	906.360,89
Gastos	1.039.453,21	1.038.244,38	872.057,10
Resultado antes de impostos	11.815,66	-50.762,91	34.303,79

11 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração, propõe que os resultados líquidos tenham a seguinte aplicação:

Rubricas	2012
Resultados transitados	-40.205,38
Reserva legal	0,00
Total	-40.205,38

PRESENTE
EM REUNIÃO
22 ABR. 2013



12 - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

A empresa não tem dívidas à segurança social, assim como não existem Dividas em Mora ao Estado. Ocorreram os seguintes factos relevantes após o termo do exercício:

Por força da Lei nº50/2012 de 31 de Agosto, a partir de 01-01-2013 a TUMG passou a designar-se TUMG-Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal S.A.

Dando cumprimento ao mesmo diploma a composição do Conselho de Administração foi alterada e passou a ter a seguinte composição a partir de 31-01-2013:

Presidente: Dr.Rui António Laborinho Teodósio Pedrosa

Vogal: Paulo Jorge Campos Vicente

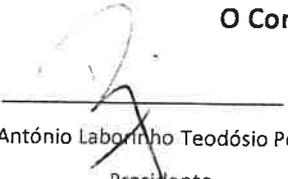
Não houve autorização concedida a qualquer Administrador para negociar com a sociedade em actos fora do próprio objectivo da sociedade, nem lhes foram concedidos empréstimos, ou créditos, efectuados pagamento por conta deles, prestadas garantias, nem facultados adiantamento de remunerações.

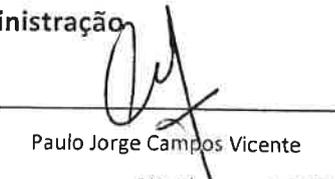
13 – PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE ACCIONISTAS E DAS PARTICIPAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DE ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Entidades	31.12.2012
Participação de accionistas:	
Município da Marinha Grande	100%
Participações Detidas por Membros de Orgãos de administração e Fiscalização:	
Rui António Laborinho Teodósio Pedrosa - Presidente	0%
Paulo Jorge Campos Vicente - Vogal	0%
Francisco Fernando Gaspar Roldão - Vogal	0%
João Carlos Cunha da Cruz - Revisor Oficial de Contas	0%

Marinha Grande, 15 de Março de 2013

O Conselho de Administração


Rui António Laborinho Teodósio Pedrosa
Presidente


Paulo Jorge Campos Vicente
Vogal



Handwritten signature

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2012	31-12-2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	426,083.78	405,638.37
Activos intangíveis	7	41.68	83.34
Activos por impostos diferidos	26	10,833.59	
		436,959.05	405,721.71
Activo Corrente			
Inventários	19	0.00	0.00
Clientes	28.1	11,559.77	23,690.54
Estados e outros entes públicos	31.1	47,249.65	58,983.26
Outras contas a receber	28.1	438.98	0.00
Diferimentos	31.2	2,770.12	135.48
Caixa e depósitos bancários	4.2/28.3	206,222.73	527,421.27
		268,241.25	610,230.55
Total do activo		705,200.30	1,015,952.26
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	31.3	338,000.00	338,000.00
Reservas legais	31.3	22,331.80	19,846.90
Resultados transitados	61.3	152,600.95	130,240.95
Outras variações no capital próprio		0.00	0.00
Resultado líquido do período	31.3	-40,205.38	24,844.90
Total do capital próprio	31.3	472,727.37	512,932.75
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10/28.4	51,772.17	73,809.81
		51,772.17	73,809.81
Passivo corrente			
Fornecedores	28.1	139,510.93	377,585.00
Estado e outros entes públicos	31.1	4,385.50	13,568.31
Financiamentos obtidos	10/28.4	21,820.34	22,939.87
Outras contas a pagar	28.1	12,991.49	12,433.85
Diferimentos	31.2	1,992.50	2,682.67
		180,700.76	429,209.70
Total do passivo		232,472.93	503,019.51
Total do capital próprio e do passivo		705,200.30	1,015,952.26

O Técnico Oficial
de Contas

Handwritten signature

O Conselho de Administração

Handwritten signature

PRESENTE
EM REUNIÃO DE
22 ABR. 2013

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31-12-2012

euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Vendas e serviços prestados	21	654,371.84	632,636.89
Subsídios à exploração	21	305,425.00	264,000.00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-9,274.03	-9,203.06
Fornecimentos e serviços externos		-825,984.62	-632,003.95
Gastos com o pessoal	29	-146,844.33	-181,993.63
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	28.2	-309.25	-234.34
Outros rendimentos e ganhos	21	14,526.77	0.00
Outros gastos e perdas	0	-15,583.14	-769.62
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		-23,671.76	72,432.29
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-39,171.34	-46,157.75
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-62,843.10	26,274.54
Juros e rendimentos similares obtidos	21	13,157.86	9,724.00
Juros e gastos similares suportados	11	-1,077.67	-1,694.75
Resultado antes de impostos		-50,762.91	34,303.79
Imposto sobre o rendimento do período - Corrente	26	-276.06	-9,458.89
Imposto sobre o rendimento do período - Diferido	26	10,833.59	
Resultado líquido do período		-40,205.38	24,844.90
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

O Técnico Oficial
de Contas



O Conselho de Administração

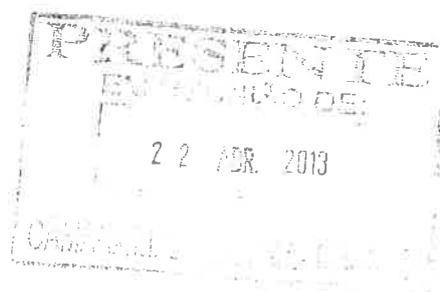



Handwritten initials and signatures in the top right corner.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		1,077,882.43	1,038,689.59
Pagamentos a fornecedores		-1,021,194.06	-582,913.58
Pagamentos ao pessoal		-146,844.33	-179,644.17
Caixa gerada pelas operações		-90,155.96	276,131.84
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-7,456.33	-12,558.61
Outros recebimentos/pagamentos		15,766.79	-46,329.87
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-81,845.50	217,243.36
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-215,118.20	-390,759.56
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-215,118.20	-390,759.56
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-23,157.17	-22,679.71
Juros e gastos similares		-1,077.67	-1,694.75
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-24,234.84	-24,374.46
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-321,198.54	-197,890.66
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		527,421.27	725,311.93
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.2/28.3	206,222.73	527,421.27



ANEXO

1 – Identificação da Entidade

1.1 – Designação da Entidade

TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM

1.2 – Sede

Rua do Matadouro, s/n, 2430-257 Marinha Grande

1.3 – NIPC

505 849 348

1.4 – Natureza da Actividade

A TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande é uma empresa Municipal, criada em 5 de Novembro de 2001, cujos estatutos forma publicados no DR nº 285 de 10 de Dezembro de 2002. A Tumg presta serviços na área do Município da Marinha Grande de Transportes Públicos de Passageiros.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no nº 2 do artigo 3º. Desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da TUMG.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente período do exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não se aplica

2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Não se aplica



Handwritten initials and marks on the right side of the page.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da TUMG, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activo fixo tangível	Vida útil estimada
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	entre 3 e 8 anos
Outas instalações de uso específico	10 anos
Total	

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes activos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo ao activo fixo tangível e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros

Handwritten initials and signature in the top right corner.

incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o fifo, como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecida líquido de imposto, pelo justo valor do montante a receber. O rédito da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo de estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria colectável estimada.

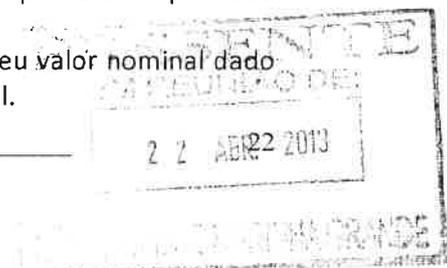
INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras dividas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de "outros terceiros" ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vecem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.



Handwritten signature and initials in the top right corner.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “outras contas a receber e a pagar” e “deferimentos”.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, subsídio de férias e natal.

As obrigações de correntes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento dum passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

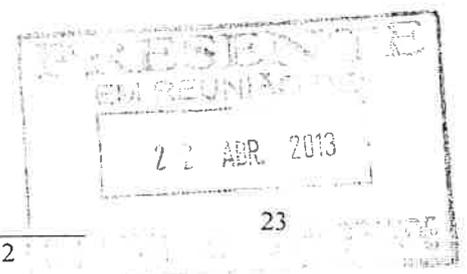
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da TUMG.



Handwritten signature and initials

4 – FLUXOS DE CAIXA

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	560,00	corresponde ao saldo do fundo fixo de caixa
Depósitos à ordem	12	130.662,73	
Depósitos a prazo	13	75.000,00	
Total		206.222,73	

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da TUMG.

5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detectados erros materialmente relevantes, relativamente ao período anterior, não havendo por isso necessidade de correcção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2011, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo respeita a característica qualitativa da comparabilidade.

6 – PARTES RELACIONADAS

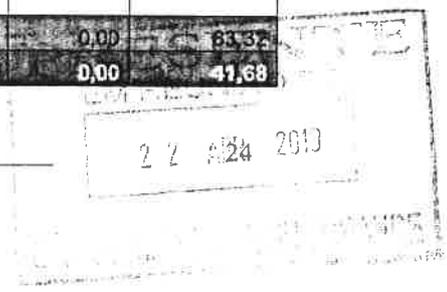
Não se aplica

7 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

- Os activos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Activos Intangíveis					31-12-2012
	31-12-2011	reavaliação	aumentos	alienações	transferên	
Activos Intangíveis						
Programas de Computador	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Depreciações acumuladas	41,66		41,66			83,32
Perdas por imparidade	0,00					
Depreciação acumulada	41,66	0,00	41,66	0,00	0,00	83,32
Activo Intangível Líquido	83,34	0,00	-41,66	0,00	0,00	41,68



Handwritten initials and signatures in the top right corner.

8 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- a) Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- b) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Activos Tangíveis Brutos					31-12-2012
	31-12-2011	reavaliação	aumentos	alienações	transferên	
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	19.390,00	0,00		0,00	0,00	19.390,00
Edifícios e out construcoes	58.170,00	0,00	100.354,77	0,00	0,00	158.524,77
Equipamento basico	656.606,97	0,00	103.855,88	246.846,00	0,00	513.616,85
Equipamento de transporte	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Ferramentas e utensilios	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	50.887,59	0,00	10.907,55	0,00	0,00	61.795,14
Outros activos tangivesi	108,33	0,00		0,00	0,00	108,33
Investim curso activos tang	60.800,00	0,00		0,00	60.800,00	0,00
	845.972,89	0,00	215.118,20	246.846,00	60.800,00	1.368.737,09
Depreciações acumuladas	440.324,52		39.129,68	152.102,89		327.351,31
Perdas por imparidade						
Depreciação acumulada	440.324,52	0,00	39.088,02	152.102,89	0,00	327.351,31
Activo Tangível Líquido	405.638,37	0,00	176.030,18	94.743,11	60.800,00	426.083,78

9 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Não se aplica

10 – LOCAÇÕES:

Locação financeira

- a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de activo:

Activos não correntes	Valor de aquisição	depreciações acumuladas	valor líquido
Activo fixo tangível			
3 viaturas pesadas de passageiros	221.262,00	221.262,00	0,00

A depreciação incidiu sobre o valor de aquisição.

Stamp: PRESENTE
22 DEZ 2013

[Handwritten signature]

b) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2013	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
3 viaturas pesadas de passageiros	21.820,34	51.772,17	0,00	73.592,51

Em 31 de Dezembro de 2012, as responsabilidades reflectidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Descrição	< 1 ano	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
3 viaturas pesadas de passageiros	21.820,34	51.772,17	0,00	73.592,51

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

11 – CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O custo dos empréstimos obtidos são registados em gastos pelo custo e a quantia reconhecida no período foi proveniente de:

Juros e gastos similares suportados	2012	2011
Juros Suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos	1.077,67	1.694,75
Outros	0,00	0,00
	1.077,67	1.694,75

12 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO:

Não se aplica.

13 – IMPARIDADE DE ACTIVOS

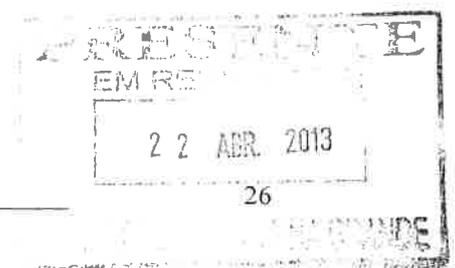
Não se aplica

14 – INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Não se aplica

15 – CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS

Não se aplica



[Handwritten signature]

16 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Não se aplica

17 – EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Não se aplica

18 – AGRICULTURA

Não se aplica

19 – INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 não havia existências de mercadorias ou matérias-primas os inventários da entidade não tinham qualquer valor pelo que o seu detalhe é como segue

Rubricas de Inventários	2012			2011		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2012		2011	
	Mercadorias	matérias-primas subsid e consumo	Mercadorias	matérias-primas subsid e consumo
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	9.274,03	0,00	9.203,06
Regularizações	0,00		0,00	0,00
saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos do exercício	0,00	9.274,03	0,00	9.203,06

PRESENTE
EM RECU
22 ABR 2013

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

20 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não se aplica

21 – RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos	2012	2011	Varição
Vendas			
Subprodutos, desperdícios e refugos	100,00	0,00	100,00
Prestação de serviços			
Aluguer de Máquinas	153.465,10	192.335,14	-38.870,04
Aluguer de Autocarros	277.097,74	280.050,69	-2.952,95
Transportes Urbanos de Passageiros	157.023,33	130.265,43	26.757,90
Estacionamento	61.685,87	26.046,63	35.639,24
Serviços Secundários	4.999,80	3.939,00	1.060,80
Subsídios à exploração			
Contrato de Gestão	305.425,00	264.000,00	41.425,00
Outros rendimentos e ganhos			
Outros rendimentos e ganhos	14.526,77	0,00	14.526,77
Juros			
Depósitos bancários	13.157,86	9.724,00	3.433,86
Total	987.481,47	906.360,89	81.120,58

A rubrica de Subsídios à exploração para os exercícios de 2012 e 2011, são provenientes de:

Subsídios à exploração	2012	2011
Contrato Programa	0,00	0,00
Contrato de Gestão	305.425,00	264.000,00
Total	305.425,00	264.000,00

22 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Não se aplica

23 – SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Não se aplica

24 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não se aplica.



Handwritten marks and signatures in the top right corner.

25 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Março de 2013.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

Por força da Lei nº50/2012 de 31 de Agosto, a partir de 01-01-2013 a TUMG passou a designar-se TUMG-Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal S.A.

Dando cumprimento ao mesmo diploma a composição do Conselho de Administração foi alterada e passou a ter a seguinte composição a partir de 31-01-2013:

Presidente: Dr.Rui António Laborinho Teodósio Pedrosa

Vogal: Paulo Jorge Campos Vicente

26 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 podem ser detalhadas como segue:

A reconciliação de resultado antes de imposto para o imposto de exercício é como segue:

Imposto sobre o rendimento	2012	2011
Resultados antes de impostos	-50.762,91	34.303,79
Taxa nominal de imposto		
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	276,06	9.458,89
Imposto diferido	10.833,59	0,00
	-10.557,53	9.458,89

27 – MATERIAS AMBIENTAIS

Não se aplica

28 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1 – Fornecedores/Clientes/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

RESENTE
22 APR 2013
29

Handwritten signatures and initials on the right margin.

Activos e passivos correntes	2012			2011		
	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Clientes	14.742,77	3.183,00	11.559,77	26.564,29	2.873,75	23.690,54
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Activo	14.742,77	3.183,00	11.559,77	26.564,29	2.873,75	23.690,54
Passivos						
Fornecedores	139.510,93	0,00	139.510,93	377.585,00	0,00	377.585,00
Outras contas a pagar	13.000,67	0,00	13.000,67	12.433,85	0,00	12.433,85
Total do passivo	152.511,60	0,00	152.511,60	390.018,85	0,00	390.018,85

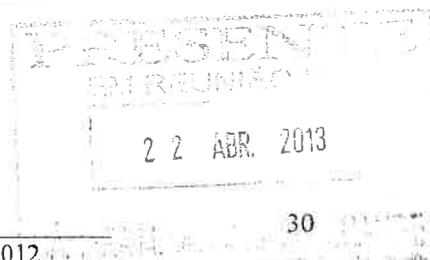
28.2 – Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efectuado de acordo com a antiguidade da dívida

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Dívida de Clientes	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos Clientes	%
Mora de 6 a 12 meses			
Mora mais de 24 meses			
Mora mais de 24 meses	3.183,00	3.183,00	100%
Total	3.183,00	3.183,00	

28.3 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	2012	2011
Activos		
Caixa	560,00	500,00
Depósitos à ordem	130.662,73	76.921,27
Outros depósitos bancários	75.000,00	450.000,00
	206.222,73	527.421,27



[Handwritten signature]

28.4 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de «Financiamentos obtidos», por via da locação financeira (ver nota 10), apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	2012		2011	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Locação Financeira				
Caixa Leasing	21.820,34	51.772,17	22.939,87	73.809,81
Total		73.592,51		96.749,68

29 – BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2012	2011
Remunerações	120.972,05	149.156,24
Encargos sobre remunerações	21.584,83	29.350,27
Seguros de acidentes de trabalho	2.594,10	3.170,32
Outros gastos	1.693,35	316,80
Total	146.844,33	181.993,63

30 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não se aplica

31 – OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de “ Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	2012	2011
	Corrente	Corrente
Activos		
Imposto sobre o rendimento pagamento por conta	7.732,39	10.637,18
Retenções de imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	39.517,26	48.346,08
Total	47.249,65	58.983,26
Passivos		
Imposto sobre o rendimento estimado	276,06	9.458,89
Retenção de Imposto sobre o rendimento	1.442,05	1.336,04
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	2.012,27	2.295,87
Contribuições para a Caixa Geral de aposentações	655,12	477,51
Total	4.385,50	13.568,31

RESERVA
22 ABR 2013

[Handwritten signatures and initials]

31.2 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Deferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Deferimentos	2012	2011
	Corrente	Corrente
Activos		
Gastos a Reconhecer		
Outros gastos a reconhecer	2770,12	135,48
Seguros	0,00	0,00
Total	2.770,12	135,48
Passivos		
Rendimentos a Reconhecer		
Passes e cartões	1.992,50	2.682,67
Total	1.992,50	2.682,67

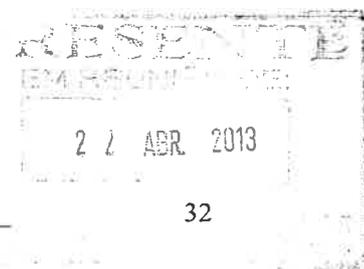
31.3 – Capitais próprios

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de capitais próprios apresentava a seguinte decomposição:

Capitais próprios	2012	2011
	Capital próprio	
Capital realizado	338.000,00	338.000,00
Reservas legais	22.331,80	19.846,90
Resultados transitados	152.600,95	130.240,95
Resultado líquido do período	-40.205,38	24.844,90
Total	472.727,37	512.932,75

31.4 – Informação sobre as situações previstas nas alíneas a) a d) do nº. 1 do artigo 62º. Da Lei nº. 50/2012 de 31 de Agosto:

Conforme se demonstra no quadro seguinte em nenhum dos três últimos exercício não se verifica nenhuma das situações referidas nas alíneas a) a d).



	2009	2010	2011
Alinea a):			
Vendas + Prestação de Serviços	279.730,72 €	654.705,19 €	632.636,89 €
Gastos Totais	690.457,26 €	801.947,79 €	872.057,10 €
% (v+ps/gastos totais)	41%	82%	73%
Alinea b):			
Subsídios	399.992,82 €	177.914,85 €	264.000,00 €
Receitas Totais	687.988,15 €	839.876,59 €	906.360,89 €
% (Subsídios/Receitas Totais)	58%	21%	29%
Alinea c):			
Resultado Operacional	68.352,19 €	59.522,39 €	72.432,29 €
Alinea d):			
Resultado Líquido	- 2.469,11 €	29.440,17 €	24.844,90 €

Marinha Grande, 15 de Março de 2013

TOC nº 10 677

Fernando J Carvalho

Conselho de Administração

Presidente

Rui António Laborinho
Teófilo Pedrosa

Vogal

Paulo Jorge Campos
Vicente





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2012

Exmos. Accionistas

da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM

De acordo com o disposto no art.º 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e no cumprimento das funções de Fiscal Único da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, procedemos à fiscalização dos actos da Administração da sociedade, averiguamos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da sociedade, procedemos à verificação periódica dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos de suporte, efectuamos testes por amostragem às transacções e saldos e levamos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Durante o exercício e no desempenho das funções que nos são cometidas, procedemos, com resultados satisfatórios, e, com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

1

O Relatório de Gestão traduz a actividade desenvolvida neste exercício e a evolução previsível dos negócios da sociedade. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, reflectem o resultado das operações da sociedade e os seus fluxos de caixa.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo e conduzem a uma adequada avaliação do património social.

PRESENTE
EM
22 ABR 2013

06/03/13

Nesta data, emitimos a Certificação Legal das Contas, a qual consideramos parte integrante deste relatório.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação das contas e fiscalização da Sociedade, pelo que formulamos o seguinte parecer:

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção fiscalizadora de TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM, nos termos do art.º 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e do contrato de sociedade, em resultado da qual somos de parecer que:

- a) Merecem aprovação o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2012;
- b) Merece aprovação a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- c) Procedam à apreciação da Administração e Fiscalização da sociedade.

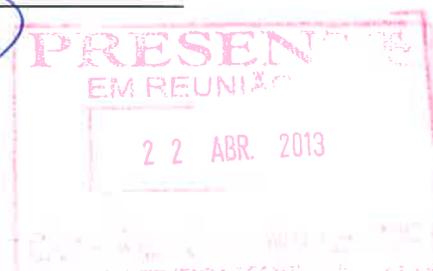
2

Marinha Grande, 27 de Março de 2013

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda

SROC n.º 231 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228



9.2 Com a publicação da Lei n.º 50/2012 em 31 de agosto foi introduzido uma inovação legislativa cujo impacto na continuidade das empresas locais é significativo, chamamos assim a atenção para o disposto no n.º 1 do art.º 62 da citada lei: “*Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações: a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 % dos gastos totais dos respetivos exercícios; b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50 % das suas receitas; c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo; d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.*”. Verificamos que a empresa divulgou no ponto 31.4 do Anexo o cumprimento das condições de continuidade tendo ainda sido verificado o cumprimento das mesmas para o ano de 2012.

Marinha Grande, 27 de Março de 2013

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda

SROC n.º 231 representada por:

3

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228

